

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Dividendo	15/02/2017	Ordinária		0,12264
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2017	Ordinária		0,00853
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2017	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,10282
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Ordinária		0,00796

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.846.688	1.835.216
1.01	Ativo Circulante	437.344	400.145
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	377.034	332.433
1.01.03	Contas a Receber	54.822	63.909
1.01.03.01	Clientes	54.822	63.909
1.01.03.01.01	Clientes	54.767	63.853
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	55	56
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.088	416
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.088	416
1.01.07	Despesas Antecipadas	893	1.701
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.507	1.686
1.01.08.03	Outros	2.507	1.686
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.507	1.686
1.02	Ativo Não Circulante	1.409.344	1.435.071
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	89.756	84.411
1.02.01.06	Tributos Diferidos	26.203	23.264
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.203	23.264
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	63.553	61.147
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	63.553	61.147
1.02.03	Imobilizado	34.112	35.157
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.112	35.157
1.02.04	Intangível	1.285.476	1.315.503
1.02.04.01	Intangíveis	1.285.476	1.315.503

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.846.688	1.835.216
2.01	Passivo Circulante	133.599	135.896
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.096	5.637
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.096	5.637
2.01.02	Fornecedores	5.258	17.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.258	17.159
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.603	10.476
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.603	10.476
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	9.603	10.476
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.605	30.444
2.01.04.02	Debêntures	42.605	30.444
2.01.05	Outras Obrigações	31.365	29.607
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.865	3.683
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.865	3.096
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	587
2.01.05.02	Outros	25.500	25.924
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.966	1.902
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	20.403	20.270
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.131	3.752
2.01.06	Provisões	39.672	42.573
2.01.06.02	Outras Provisões	39.672	42.573
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	23.638	26.825
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.034	15.748
2.02	Passivo Não Circulante	1.317.555	1.298.460
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.141.574	1.127.690
2.02.01.02	Debêntures	1.141.574	1.127.690
2.02.02	Outras Obrigações	9.803	15.810
2.02.02.02	Outros	9.803	15.810
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	1.602	7.427
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.201	8.383
2.02.04	Provisões	166.178	154.960
2.02.04.02	Outras Provisões	166.178	154.960
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	70.754	70.262
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	92.606	81.922
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.818	2.776
2.03	Patrimônio Líquido	395.534	400.860
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	64.241	97.822
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	3.732	37.313
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.255	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.764	227.941
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.851	-75.731
3.03	Resultado Bruto	166.913	152.210
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.010	-16.450
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.106	-16.441
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	96	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-9
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	155.903	135.760
3.06	Resultado Financeiro	-16.861	-44.086
3.06.01	Receitas Financeiras	13.130	10.750
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.991	-54.836
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	139.042	91.674
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.898	-28.797
3.08.01	Corrente	-47.837	-32.231
3.08.02	Diferido	2.939	3.434
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	94.144	62.877
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	94.144	62.877
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34818	0,23255

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	94.144	62.877
4.03	Resultado Abrangente do Período	94.144	62.877

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	158.520	152.070
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	217.337	187.765
6.01.01.01	Lucro Líquido	94.144	62.877
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	36.799	31.627
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	0	31
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	26.045	46.349
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	-948	2.079
6.01.01.07	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	177	614
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	633	2.813
6.01.01.09	Tributos diferidos	-2.939	-3.434
6.01.01.11	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	172	-134
6.01.01.12	Provisão para manutenção	9.188	8.211
6.01.01.13	Atualização monetária de provisão p/ manutenção e construção de obras futuras	2.545	2.727
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	152	81
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-510	-1.962
6.01.01.16	Juros capitalizados	-10	-4
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	4.052	3.659
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	47.837	32.231
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-58.817	-35.695
6.01.02.01	Clientes	8.914	632
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.672	-964
6.01.02.03	Despesas antecipadas	808	1.373
6.01.02.04	Outros créditos	-821	87
6.01.02.05	Fornecedores	-11.901	-6.487
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-541	-724
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-873	-755
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	2.183	9.133
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-803	-1.085
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-47.551	-28.992
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-2.048	-291
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-318	-334
6.01.02.13	Pagamento de manutenção	-4.194	-7.288
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.717	-13.255
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.166	-888
6.02.02	Aquisição de intangível	-4.551	-12.367
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-108.202	-75.258
6.03.01	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-8.796	-8.013
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-99.406	-67.245
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	44.601	63.557
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	332.433	209.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	377.034	272.661

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-33.581	-65.889	0	-99.470
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.581	-59.175	0	-92.756
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.714	0	-6.714
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.144	0	94.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.144	0	94.144
5.07	Saldos Finais	302.547	491	64.241	28.255	0	395.534

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-25.800	-41.636	0	-67.436
5.04.06	Dividendos	0	0	-25.800	-34.847	0	-60.647
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.789	0	-6.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.877	0	62.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.877	0	62.877
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.728	21.241	0	385.007

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	275.106	249.023
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	259.071	234.143
7.01.02	Outras Receitas	11.064	9.794
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.971	5.086
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.901	-50.290
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.412	-36.904
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.489	-13.386
7.03	Valor Adicionado Bruto	226.205	198.733
7.04	Retenções	-36.799	-31.627
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.799	-31.627
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	189.406	167.106
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.130	10.750
7.06.02	Receitas Financeiras	13.130	10.750
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	202.536	177.856
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	202.536	177.856
7.08.01	Pessoal	9.444	9.562
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.970	7.124
7.08.01.02	Benefícios	2.043	2.064
7.08.01.03	F.G.T.S.	431	374
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	68.240	49.879
7.08.02.01	Federais	54.758	37.702
7.08.02.03	Municipais	13.482	12.177
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.708	55.538
7.08.03.01	Juros	12.591	12.300
7.08.03.02	Aluguéis	717	702
7.08.03.03	Outras	17.400	42.536
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.144	62.877
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.714	6.789
7.08.04.02	Dividendos	59.175	34.847
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.255	21.241

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 1T17

São Bernardo do Campo, 08 de maio de 2017 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017 (1T17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2016 (1T16).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego atingiu 16.391 mil veículos equivalentes pagantes no 1T17.
- O EBITDA pró-forma totalizou R\$201,9 milhões, com margem de 81,8% no 1T17.
- A receita líquida no 1T17 foi de R\$251,8 milhões e R\$227,9 milhões no 1T16, crescimento de 10,5%. A receita pró-forma no 1T17 foi de R\$246,8 milhões e R\$222,8 milhões no 1T16, aumento de 10,8%.

Destaques (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Volume de tráfego ¹	16.391	16.257	0,8%
Tarifa média ²	15,81	14,40	9,8%
Receita líquida	251,8	227,9	10,5%
Lucro líquido	94,1	62,9	49,6%
EBITDA Pró-forma ³	201,9	175,6	15,0%
Margem EBITDA Pró-forma ³	81,8%	78,8%	3,0 p.p.
CAPEX	9,9	18,7	-47,1%

¹ em milhares de veículos equivalentes pagantes

² em Reais

³ exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 40 milhões de veículos pedagiados, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Comentário do Desempenho

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001), exceto as mais recentes ECO101 e Ecoponte.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO equivalentes pagantes x mil)	(veículos)		
	1T17	1T16	Var.
Passeio	9.480	9.531	-0,5%
Comercial	6.911	6.726	2,8%
Total	16.391	16.257	0,8%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 16.391 mil no 1T17 e 16.257 mil no 1T16, aumento de 0,8%.

Veículos Comerciais – crescimento de 2,8% no 1T17 em função das exportações de grãos pelo Porto de Santos.

Veículos de Passeio – redução de 0,5% no 1T17, influenciado pelo clima desfavorável que inibiu o fluxo de turistas com destino ao litoral do Estado de São Paulo.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	1T17	1T16	Var.
Ecovias dos Imigrantes	15,81	14,40	9,8%

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 9,8% no 1T17, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifário de 9,3% pelo IPCA em 01 de julho de 2016. No caso do reajuste contratual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$275,2 milhões no 1T17, aumento de 10,5%, sendo influenciada, principalmente, pelo crescimento nas receitas de pedágio e acessórias.

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Receitas de pedágio	259,1	234,1	10,7%
Receitas acessórias	11,1	9,8	13,3%
Receita de construção	5,0	5,1	-2,0%
Total	275,2	249,0	10,5%

Receita de Pedágio - crescimento de 10,7% no 1T17, resultante do aumento no volume de tráfego pedagiado e reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2016.

Receita Acessória - aumento de 13,3% no 1T17, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – queda de 2,0% devido, principalmente, ao menor nível de obras contratuais no período.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 1T17 cresceram de 4,1% e totalizaram R\$96,0 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$45,0 milhões, uma redução de 4,9% em relação ao 1T16.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Pessoal	9,4	9,6	-2,1%
Conservação e manutenção	2,3	3,1	-25,8%
Serviços de terceiros	22,9	24,8	-7,7%
Poder concedente, locações e seguros	5,9	5,7	3,5%
Outros	4,5	4,1	9,8%
Custos Caixa	45,0	47,3	-4,9%
Provisão para manutenção	9,2	8,2	12,2%
Custo de construção de obras	5,0	5,1	-2,0%
Depreciação	36,8	31,6	16,5%
TOTAL	96,0	92,2	4,1%

Pessoal: R\$ 9,4 milhões no 1T17, 2,1% inferior ao 1T16, mesmo com a aplicação do reajuste salarial anual;

Conservação e Manutenção: R\$ 2,3 milhões no 1T17, 25,8% inferior ao 1T16, resultante de economias com a manutenção de pavimento;

Comentário do Desempenho

Serviços de terceiros: R\$ 22,9 milhões no 1T17, 7,7% inferior ao 1T16, devido a readequação do contrato nos serviços prestados pela Ecorodovias Concessões;

Provisão para manutenção: R\$ 9,2 milhões no 1T17, 12,2% superior ao 1T16, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento;

Depreciação e Amortização: R\$ 36,8 milhões no 1T17, 16,5% superior ao 1T16, devido a maior base de ativos da Companhia;

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$202,0 milhões no 1T17, com margem EBITDA de 81,8%.

O EBITDA, no 1T17, foi de R\$192,8 milhões (margem EBITDA 76,6%).

EBITDA (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Lucro líquido do período	94,1	62,9	49,4%
IR/CS	44,9	28,8	55,9%
Resultado financeiro	16,9	44,1	-61,7%
Depreciação e amortização	36,8	31,6	16,5%
Outras receitas/despesas líquidas	0,1	-	100,0%
EBITDA ¹	192,8	167,4	15,1%
Margem EBITDA ¹	76,6%	73,4%	3,1 p.p.
Provisão para manutenção ²	9,2	8,2	12,2%
EBITDA ³	202,0	175,6	15,0%
Margem EBITDA ³	81,8%	78,8%	3,0 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com Instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas rodovias.

³ A margem EBITDA pró-forma foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T17 foi negativo em R\$16,9 milhões, redução de 61,7% devido, principalmente, à maiores receitas financeiras em função da maior disponibilidade de caixa do período e variação do IPCA (indexador das debêntures) quando comparado com o mesmo período do 1T16.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Juros sobre debêntures	(12,6)	(12,3)	2,4%
Variação monetária – debêntures	(12,6)	(33,1)	-61,9%
Variação monetária – obrigações com Poder Concedente	0,9	(2,1)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	(2,5)	(2,7)	-7,4%
Receita de aplicações financeiras	11,7	8,7	34,5%
Outros efeitos financeiros, líquido	(1,8)	(2,6)	-169,2%

Comentário do Desempenho

TOTAL	(16,9)	(44,1)	-61,7%
--------------	---------------	---------------	---------------

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$94,1 milhões no 1T17, crescimento de 49,7% em relação ao 1T16.

ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou março de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$377,0 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecovias dos Imigrantes (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$1.206,2 milhões em 31 de março de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente), foi de R\$807,2 redução de 2,2% quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2017	31/12/2016	Var.
Curto Prazo	42,6	30,4	40,1%
Debêntures	42,6	30,4	40,1%
Longo Prazo	1.141,6	1.127,7	1,2%
Debêntures	1.141,6	1.127,7	1,2%
Endividamento Financeiro Bruto¹	1.184,2	1.158,1	2,3%
Obrigações com Poder Concedente	22,0	27,7	-20,6%
Endividamento Bruto	1.206,2	1.185,8	1,7%
Caixa e equivalentes de caixa	377,0	332,4	13,4%
Dívida Líquida	829,2	853,4	-2,8%
Endividamento Financeiro Líquido¹	807,2	825,7	-2,2%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$9,9 milhões no 1T17. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	1T17		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias	5,7	4,2	9,9

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$277,7 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 14.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 08 de maio de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	4.421	7.846
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	371.401	319.363
Aplicações automáticas compromissadas (b)	1.212	5.224
	<u>377.034</u>	<u>332.433</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 22,6% em Certificado de Depósito Bancário, 64,0% em Operações Compromissadas e 13,4% em Letra Financeira.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,2% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor, a referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico	48.101	56.785
Cupons de pedágio	3.547	3.694
Receitas acessórias	3.568	3.651
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (*)	(449)	(277)
	<u>54.767</u>	<u>63.853</u>

(*) refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/03/2017	31/12/2016
A vencer	54.659	62.647
Vencidos:		
Até 30 dias	-	1.003
De 31 a 60 dias	36	95
De 61 a 90 dias	59	57
De 90 a 120 dias	13	51
Acima de 120 dias	449	277
	55.216	64.130

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	277	245
Constituição de PECLD no período	229	20
Valores recuperados no período	(57)	(154)
	449	111

6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo no início do período	61.147	60.135
Adições	2.048	291
Baixas	(152)	(81)
Atualização monetária	510	1.962
Saldo no fim do período	63.553	62.307

Notas Explicativas

7. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo		Depreciação		Residual			
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Adições		Saldos em 31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016
Hardwares	5,6	104.031	281	104.312	(89.534)	(1.448)	(90.982)	13.330	14.497
Máquinas e equipamentos	7,1	18.101	274	18.375	(11.709)	(326)	(12.035)	6.340	6.392
Móveis e utensílios	7,3	6.332	16	6.348	(4.035)	(115)	(4.150)	2.198	2.297
Terrenos	-	3.304	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,2	3.437	-	3.437	(1.237)	(62)	(1.299)	2.138	2.200
Veículos	8,9	6.068	-	6.068	(4.100)	(135)	(4.235)	1.833	1.968
Instalações	10,1	8.157	317	8.474	(2.472)	(210)	(2.682)	5.792	5.685
Outros	-	873	-	873	-	-	-	873	873
		150.303	888	151.191	(113.087)	(2.296)	(115.383)	35.808	37.216

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo		Depreciação		Residual			
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Adições		Saldos em 31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017
Hardwares	4,9	106.855	854	107.709	(94.983)	(1.309)	(96.292)	11.417	11.872
Máquinas e equipamentos	6,5	19.441	53	19.494	(12.981)	(318)	(13.299)	6.195	6.460
Móveis e utensílios	6,7	6.368	-	6.368	(4.490)	(107)	(4.597)	1.771	1.878
Terrenos	-	3.304	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,3	3.437	213	3.650	(1.485)	(65)	(1.550)	2.100	1.952
Veículos	9,2	6.063	-	6.063	(4.540)	(140)	(4.680)	1.383	1.523
Instalações	10,1	10.717	46	10.763	(3.422)	(272)	(3.694)	7.069	7.295
Outros	-	873	-	873	-	-	-	873	873
		157.058	1.166	158.224	(121.901)	(2.211)	(124.112)	34.112	35.157

Em 31 de março de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 10) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

8. Intangível

	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/03/2016	31/12/2015
Contratos de concessão	2.369.815	9.636	(31)	2.379.420	(1.027.013)	(29.097)	(1.056.110)	1.323.310	1.342.802
Softwares de terceiros	8.259	15	-	8.274	(5.573)	(234)	(5.807)	2.467	2.686
Intangível em andamento	387	2.720	-	3.107	-	-	-	3.107	387
	2.378.461	12.371	(31)	2.390.801	(1.032.586)	(29.331)	(1.061.917)	1.328.884	1.345.875

	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2017	31/12/2016
Contratos de concessão	2.445.201	1.481	-	2.446.756	(1.139.056)	(34.336)	-	(1.173.392)	1.306.145
Softwares de terceiros	8.977	-	-	8.977	(6.535)	(252)	-	(6.787)	2.442
Intangível em andamento	6.916	3.080	-	9.922	-	-	-	9.922	6.916
	2.461.094	4.561	-	2.465.655	(1.145.591)	(34.588)	-	(1.180.179)	1.315.503

Taxas médias anuais de amortização %

Contratos de concessão	(*)	11,2
Softwares de terceiros		-
Intangível em andamento		-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de março de 2017 é de 5,62% ao ano (4,90% ao ano em 31 de março de 2016).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No período findo em 31 de março de 2017 foram capitalizados encargos financeiros de R\$10 (R\$4 em 31 de março de 2016).

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017	31/03/2017
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.257	311	(144)	6.424	167
Provisão para férias e encargos de diretores	161	17	-	178	17
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	46	50	-	96	50
Provisão para manutenção	38.554	2.564	-	41.118	2.564
AVP ônus Concessão	1.317	-	(541)	776	(541)
Juros capitalizados	(389)	-	34	(355)	34
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	(22.682)	-	648	(22.034)	648
IR e CS diferido - ativo (i)	23.264	2.941	(3)	26.203	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					2.939

(i) em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$26.203 no ativo não circulante.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	4.693	5.809
2018	6.079	5.647
2019	5.732	4.846
2020 a 2026	9.699	6.962
	<u>26.203</u>	<u>23.264</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	139.042	91.674
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	<u>(47.274)</u>	<u>(31.169)</u>
Juros sobre o capital próprio	2.283	2.308
Despesas indedutíveis	(2)	(7)
Gratificações diretores	(27)	(50)
Incentivos fiscais (PAT)	116	115
Outros	6	6
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(44.898)</u>	<u>(28.797)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(47.837)	(32.231)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	2.939	3.434
Taxa efetiva	32,3%	31,5%

Notas Explicativas

10. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	1.155.904	1.143.283
Remuneração (juros)	46.262	33.671
Custos com emissão de debêntures (*)	(17.987)	(18.820)
	<u>1.184.179</u>	<u>1.158.134</u>
Circulante	42.605	30.444
Não circulante	1.141.574	1.127.690

(*) os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo inicial	1.158.134	1.083.209
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	26.045	46.349
Saldo final	<u>1.184.179</u>	<u>1.129.558</u>

Em 31 de março de 2017, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

2ª emissão	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida Líquida/EBITDA	< 3,5	1,23
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	8,58

(*) Índices não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Descrição	2ª emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Data da emissão	15/04/13
Quantidade emitida	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor da emissão	R\$881.000 1ª série - R\$ 200.000 2ª série - R\$ 681.000
P.U. em 31 de março de 2017	1ª série - R\$1.360 2ª série - R\$1.366
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	Não aplicável
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard & Poors
Índices financeiros exigidos	(i) índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	(2.180)	(2.180)	-	(3.442)	(3.442)
2019	131.204	(2.942)	128.262	129.772	(2.942)	126.830
2020	131.203	(2.653)	128.550	129.771	(2.653)	127.118
2021	-	(2.874)	(2.874)	-	(2.874)	(2.874)
2022	297.808	(2.057)	295.751	294.557	(2.057)	292.500
2023 e 2024	595.689	(1.624)	594.065	589.183	(1.625)	587.558
	1.155.904	(14.330)	1.141.574	1.143.283	(15.593)	1.127.690

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	10,05% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	10,15% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.361)</u>	<u>850.639</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

11. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas direta ou indiretamente ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	Natureza	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	circulante	circulante e não circulante
Companhia		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	5.865
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	55	-	-
Total em 31 de março de 2017		55	-	5.865
Total em 31 de dezembro de 2016		56	55.460	3.683

Demonstração do resultado	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Companhia				
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	12.570	6.476
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	72	-	-
Total em 31 de março de 2017		72	12.570	6.476
Total em 31 de março de 2016		66	9.299	11.132

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$76.184, o saldo em aberto de R\$5.865 em 31 de março de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.

(b) Locação prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$24 (R\$22 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de março de 2017, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de março de 2017, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 no montante R\$1.300. A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	31/03/2017
Remuneração (fixa/variável)	353
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	35
Seguro de vida	1
Assistência saúde	13
Previdência privada	11
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	44
	457

Notas Explicativas

12. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,91% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para manutenção	402.784	11.242	-	-	414.026
Efeito do valor presente sobre a constituição	(64.890)	(3.031)	-	-	(67.921)
Realização da manutenção	(285.913)	-	(7.288)	-	(293.201)
Ajuste a valor presente - realizações	34.274	-	-	2.685	36.959
	86.255	8.211	(7.288)	2.685	89.863
Circulante	19.289				14.325
Não circulante	66.966				75.538

	31/12/2016	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para manutenção	468.653	12.006	-	-	480.659
Efeito do valor presente sobre a constituição	(75.327)	(2.818)	-	-	(78.145)
Realização da manutenção	(329.592)	-	(4.194)	-	(333.786)
Ajuste a valor presente - realizações	45.013	-	-	2.503	47.516
	108.747	9.188	(4.194)	2.503	116.244
Circulante	26.825				23.638
Não circulante	81.922				92.606

13. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.977	42	5.019
	2.607	42	2.649
Não circulante	2.607		2.649
	31/12/2016	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	5.146	42	5.188
	2.776	42	2.818
Não circulante	2.776		2.818

14. Obrigações com Poder Concedente

	31/03/2017	31/12/2016
Parcelas fixas (a)	20.662	26.249
Parcelas variáveis (b)	1.343	1.448
	22.005	27.697
Circulante	20.403	20.270
Não circulante	1.602	7.427

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de março de 2017, restam 13 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 94,58% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 31 de março de 2017 o desconto de R\$115 (R\$969 em 31 de março de 2016), somado à atualização monetária do direito de outorga de (R\$1.063) (R\$1.110 em 31 de março de 2016), e foi totalizado o valor líquido de (R\$948), (R\$4.497 em 31 de dezembro de 2016) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	1.602	7.427
	1.602	7.427

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo inicial	27.697	40.762
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa n° 19)	(948)	2.079
Custo (vide Nota Explicativa n° 18)	4.052	3.659
Pagamento principal e atualização	(8.796)	(8.013)
Saldo final	22.005	38.487

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>Previsão de 2017 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	113.650	115.064
Conservação especial (manutenção)	226.822	228.847
Equipamentos	43.471	43.057

15. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributárias (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	59.934	3.751	5.340	69.025
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	54	349	211	614
(-) Pagamentos	(108)	(226)	-	(334)
(+) Atualização monetária	1.957	671	185	2.813
Saldos em 31 de março de 2016	61.837	4.545	5.736	72.118

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributárias (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	57.882	4.713	7.667	70.262
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(145)	101	221	177
(-) Pagamentos	(105)	(213)	-	(318)
(+) Atualização monetária	369	246	18	633
Saldos em 31 de março de 2017	58.001	4.847	7.906	70.754

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2017, R\$13.034 (R\$10.246 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de março de 2017 este valor atualizado é de R\$46.065, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “Contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de março de 2017, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$46.065.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de março de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$17.103 (R\$12.526 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de março de 2017, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$23.564 (R\$22.924 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 31 de março de 2017 é de R\$99.406 refere-se a: R\$33.581 saldo de dividendos remanescentes de 2016, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2016; R\$59.175 dividendos intermediários do exercício de 2017, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2018; R\$1.902 de juros sobre o capital próprio remanescente de 2016 e R\$4.748 (dos R\$6.714 contabilizados) a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

Notas Explicativas

17. Receita líquida

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	98.221	87.752
Pedágio por equipamento eletrônico	146.935	131.190
Vale-pedágio	13.798	15.064
Outras	117	137
	<u>259.071</u>	<u>234.143</u>
Receitas com construção	4.971	5.086
Receitas acessórias (a)	11.064	9.794
	<u>16.035</u>	<u>14.880</u>
	<u>275.106</u>	<u>249.023</u>
Receita bruta		
Deduções de receita (b)	(23.342)	(21.082)
Receita líquida	<u>251.764</u>	<u>227.941</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

<u>Base de cálculo de impostos</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receitas com arrecadação de pedágio	259.071	234.143
Receitas acessórias	11.064	9.794
	<u>270.135</u>	<u>243.937</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(8.104)	(7.319)
PIS (0,65%)	(1.756)	(1.586)
ISS (2% a 5%)	(13.482)	(12.177)
	<u>(23.342)</u>	<u>(21.082)</u>

18. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Pessoal	9.444	9.562
Conservação e manutenção	2.290	3.062
Serviços de terceiros (*)	22.920	24.807
Seguros	1.118	1.347
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 14)	4.052	3.659
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 12)	9.188	8.211
Custo de construção de obras	4.971	5.085
Depreciações e amortizações	36.799	31.627
Locações de imóveis e máquinas	717	702
Outros custos e despesas operacionais	4.458	4.110
	<u>95.957</u>	<u>92.172</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	84.851	75.731
Despesas gerais e administrativas	11.106	16.441
	<u>95.957</u>	<u>92.172</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**19. Resultado financeiro**

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	11.666	8.737
Variação monetária sobre créditos fiscais	509	1.998
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	948	-
Outros	7	15
	13.130	10.750
Juros sobre debêntures	(12.591)	(12.300)
Variação monetária sobre debêntures	(12.622)	(33.071)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(832)	(978)
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-	(2.079)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(2.545)	(2.727)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(634)	(2.822)
Outras	(767)	(859)
	(29.991)	(54.836)
Resultado financeiro, líquido	(16.861)	(44.086)

20. Lucro por açãoa) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	94.144	62.877
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,35	0,23

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	1.206.184	1.185.831
Caixa e equivalentes de caixa	(377.034)	(332.433)
Dívida líquida	829.150	853.398
Patrimônio líquido (ii)	395.534	400.860
Índice de endividamento líquido	2,10	2,13

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 10 e 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 100,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2017 são como segue:

		Contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	4.421	4.421
Aplicações financeiras (i)	Empréstimos e recebíveis	372.613	372.613
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	54.767	54.767
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	5.258	5.258
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.184.179	1.184.179
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	22.005	22.005
Phantom Stock option (iv)	Outros passivos financeiros	164	164

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$42.695 (R\$52.132 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com Poder Concedente	IGP-M	20.403	1.602	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	19.534	10.705	148.256	149.317
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	74.909	41.053	43.717	1.313.215

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	25.302	18.976	12.651
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(93.685)	(95.344)	(97.018)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (c)	Alta do IGP-M	(78)	(98)	(118)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(68.461)</u>	<u>(76.466)</u>	<u>(84.485)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,50%	6,38%	4,25%
IPCA (b)	4,27%	5,34%	6,41%
IGP-M (c)	5,06%	6,33%	7,59%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

22. Evento subsequente

Em 12 de abril de 2017, a controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., realizou a sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, na modalidade privada, no montante de R\$300.000, sendo a Companhia, sua credora. O vencimento da amortização do principal e dos juros é 14/04/2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5